



Deliberação final da Assembleia Municipal de Lisboa sobre o Debate Temático

“Os transportes em Lisboa: o que temos e o que queremos”

O debate temático sobre os transportes em Lisboa, promovido pela AML entre Maio e Junho de 2014, veio mais uma vez mostrar a importância que tem o sistema de transportes colectivos que serve a cidade de Lisboa e a sua área metropolitana, para o desenvolvimento de políticas de mobilidade com menores impactes ambientais e mais inclusivas do ponto de vista social.

Num momento em que o Governo reafirmou a sua intenção de proceder em breve à concessão da operação das redes da CARRIS e do Metropolitano de Lisboa (ML) - assumindo por sua vez a dívida histórica destas empresas e o pagamento anual das indemnizações compensatórias decorrentes da imposição de obrigações de serviço público com carácter social - a CML deverá reafirmar a sua vontade para assumir o planeamento e a gestão operacional dessas redes e a sua disponibilidade para continuar a discutir com o Governo o modo como se deverá proceder a essa transferência de competências.

Assim, considerando que:

- O planeamento e gestão das redes da CARRIS e do ML são um elemento essencial para o sucesso de políticas de mobilidade urbana que permitam melhorar a repartição modal a favor do transporte colectivo, diminuir os impactes ambientais associados ao transporte e assegurar uma acessibilidade equitativa de todos os cidadãos aos bens e serviços que a cidade oferece.
- A desejável complementaridade entre modos de transporte, nomeadamente entre os públicos e o privado, a sua articulação com a política de estacionamento e as políticas urbanísticas, impõem que seja a mesma entidade institucional a deter os mecanismos de intervenção em cada uma destas áreas.
- A Câmara Municipal de Lisboa tem demonstrado, através da sua política urbana e de mobilidade, ter uma visão integrada do problema da mobilidade e da acessibilidade urbanas, quer no que se refere aos aspectos da multimodalidade e intermodalidade, quer na articulação entre urbanismo e transportes.
- Os problemas e preocupações de coesão social e territorial só podem ter uma resolução positiva se a CML puder exercer plenamente as suas competências no planeamento e gestão das redes de transporte colectivo que têm um papel estruturante na mobilidade em Lisboa.
- A CML já apresentou ao Governo uma proposta coerente, sólida e realista para assumir o planeamento e gestão das redes da CARRIS e do ML, que além do mais salvaguarda o cumprimento dos objectivos do Governo em deixar de financiar a operação das redes destas duas empresas de TC, para além da atribuição das indemnizações compensatórias previstas na lei.
- Tendo já o Governo definido as condições de operação dessas redes que devem ser respeitadas, tanto ao nível do serviço prestado como do seu custo para o erário público.



A Assembleia Municipal de Lisboa delibera:

- 1. Reafirmar a sua posição de que o planeamento e gestão dos sistemas de transporte colectivo urbano deverão manter-se na esfera de titularidade e gestão de entidades públicas.**
- 2. Manifestar o seu entendimento que os municípios da Área Metropolitana de Lisboa devem assumir um papel relevante e decisivo no planeamento e gestão dessas redes de transporte e contribuir para o financiamento da sua operação, na medida das suas possibilidades, nomeadamente através da afectação de receitas provenientes dos beneficiários indirectos dos serviços que estas redes prestam à sociedade e à economia.**
- 3. Afirmar que a operação dessas redes deve ser realizada segundo uma orientação de serviço público, com atendimento a situações sociais relevantes e uma visão do papel importante que os transportes colectivos assumem em termos de coesão social e territorial.**
- 4. Considerar que uma gestão eficiente dessas redes de transporte colectivo deverá passar pela optimização da utilização dos meios que lhes estão afectos, por potenciar a complementaridade entre modos de transporte, assegurar a diversidade de serviços de modo a responder às necessidades de deslocação de toda a população e garantir uma acessível e simples integração tarifária que tenha em consideração os estratos mais vulneráveis da sociedade, designadamente crianças, estudantes, desempregados e idosos.**

Delibera ainda recomendar à CML que:

- 5. Prossiga as negociações com o Governo tendo em vista estabelecer um contrato de parceria que permita transferir para o Município o planeamento e gestão das redes da CARRIS e ML, assegurando tal contrato um adequado equilíbrio de responsabilidades entre o Estado e o Município, de acordo com um modelo de financiamento sustentável dos investimentos futuros e da exploração dos sistemas operados pela CARRIS e pelo ML, respeitando os direitos históricos e a esfera legal de atribuições e competências do Município.**
- 6. Envide todos os esforços para que a Autoridade Metropolitana de Transportes seja dotada dos meios e competências que lhe permitam assegurar eficazmente as suas funções de planeamento estratégico e gestão tática das redes de transporte colectivo que servem a Área Metropolitana de Lisboa, bem como que os seus órgãos sejam constituídos maioritariamente por membros designados pela Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa.**

(Aprovada por maioria em 13 de janeiro de 2015, na 54ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa)